

Programa de aceleração da pobreza

DIÁLOGOS CAPITAIS A privatização dos bancos públicos prejudica os mais pobres e amplia a desigualdade

POR ALISSON ALMEIDA

A privatização das instituições financeiras federais, defendida pelos principais assessores do presidente eleito Jair Bolsonaro, provocaria a aceleração do empobrecimento da população mais carente do Brasil. Esta foi uma das conclusões do seminário “Bancos Públicos sob ataque: desafios, riscos e perspectivas”.

O evento na quinta-feira 6 em Natal foi o sexto de uma série de debates organizada pela revista *CartaCapital* e pela Fenae, associação dos funcionários da Caixa Econômica Federal, e que tem por objetivo discutir o papel dos bancos públicos na economia.

“Esta é a realidade. Deixar privatizar as empresas é acelerar o empobrecimento do trabalhador, porque o capital vai aplicar onde rende. O interior e as regiões mais distantes vão ficar de fora”, alertou Jair Ferreira, presidente da Fenae. Além de Ferreira, compuseram a mesa Fátima Bezerra, governadora eleita do Rio Grande do Norte, o senador Jean-Paul Prates e o sociólogo Jessé Souza.

O presidente da Fenae destacou ainda

a importância das instituições públicas, principalmente da Caixa, para o desenvolvimento nacional, o fomento à economia e a eficiência dos programas sociais. “É um absurdo privatizar esses bancos, porque isso atingiria o Estado de Bem-Estar Social conquistado pela Constituição de 1988. As empresas públicas não se guiam só pela lógica do lucro. Elas têm função social importante. Quando você abre mão disso, prejudica a população mais pobre, não os rentistas.”

Para Jessé Souza, a elite nacional “não tem nenhum projeto de País” e se

Fátima Bezerra, governadora eleita do Rio Grande do Norte, defende a formação de uma frente ampla contra os retrocessos

subordina ao capitalismo financeiro internacional. “Esse ataque aos bancos públicos é parte de um processo mais amplo. O que tem acontecido agora não é uma catástrofe natural. É uma coisa provocada pelo acordo entre as elites agrária e financeira, que não estão nem aí se o País vai bem ou mal. Para elas, se vai mal, fica mais fácil comprar os ativos nacionais a preço baixo. Não vamos conseguir convencer ninguém se não denunciarmos esse acordo.”

A “semântica da corrupção do Estado”, afirma o sociólogo, serve para legitimar a pauta do capitalismo financeiro, cujo interesse maior não é combater o empobrecimento da população, mas aprofundá-lo ainda mais.

“A inteligência foi roubada. Existe uma raiva e um ressentimento pelo empobrecimento e pelo desemprego. A razão disso não foi explicada. Os que vão empobrecer são esses 98% da população brasileira que não têm nenhum interesse no rentismo, mas que não compreendem como funciona, porque sua raiva e seu ressentimento são manipulados.”

Há, na avaliação de Souza, uma “ligação orgânica” entre o quadro de empobrecimento no qual vive o País e a Operação Lava Jato. As investigações têm sido usadas como pretexto para legitimar o “discurso da elite rentista”, destacou, traduzido na ideia de vender o patrimônio nacional para, alegadamente, combater a corrupção. “Faltou ousadia às forças progressistas para explicar aos eleitores.”

Fátima Bezerra reiterou a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais e regionais. Ela defendeu uma “mobilização e unificação política” para formar uma “frente ampla capaz de enfrentar o aprofundamento dos ataques ao patrimônio nacional”.



Segundo a futura governadora, esse é o caminho “para resistir ao aprofundamento desse programa de perfil muito mais ousado que vem por aí, baseado em todo aquele ideário ultraliberal, que significa aprofundar o ataque ao patrimônio nacional, onde se inserem os bancos públicos”.

Será muito mais difícil enfrentar esta agenda do novo governo, avalia, uma vez que o presidente eleito, ao contrário de Michel Temer, entronizado no poder graças ao golpe parlamentar de 2016, estará legitimado pela escolha da maioria do povo brasileiro, manifestada nas urnas.

O debate sobre os bancos públicos está ligado à discussão sobre o papel do Estado, mas tem a ver também com o tema da austeridade fiscal. A observação foi feita pelo senador Jean-Paul Prates, para quem esse discurso não passa de “engodo”.

“A defesa da austeridade parte de vários pressupostos errados, como a comparação entre orçamento público e doméstico. Há vários fatores que diferenciam o Estado da família, como, por exemplo, o poder de definir taxa de juros e de tributar carros de luxo em vez de fechar hospitais.”

Prates ressaltou que “o Estado, ao contrário das famílias, tem uma capacidade de auto-organização maior, como o fato de criar o ambiente no qual trabalhamos e vivemos. Privatizar bancos públicos para fazer caixa para o governo é cair nessa armadilha. Em tempos de crise, austeridade produz mais crise”.

Ferreira corroborou o argumento. “Quando se fala em ajuste fiscal, o objetivo é acabar com os benefícios, com

os programas sociais, para atacar os mais pobres.”

O Bolsa Família, que beneficia 340 mil famílias potiguaras, equivalente a 26% da população do estado, corresponde a apenas 1% do que é pago de juros aos rentistas do Brasil, comparou. “A gente não usava a palavra privatização há muito tempo. Tínhamos esquecido, porque não havia risco. De repente, está todo mundo apavorado. É um reflexo de que precisamos nos reposicionar.”

Diminuir a importância dos bancos públicos, acrescentou, prejudica quem precisa do incentivo dessas empresas para gerar emprego e renda. “Não é quem tem dinheiro que vai ser prejudicado, mas quem precisa do microcrédito, que, lá na frente, gera uma renda muito grande.” •